MILITÂNCIA SOCIALISTA

Tendência interna do Partido dos Trabalhadores (PT)

DERROTAR O NEOLIBERALISMO E O NEOFASCISMO, SUSTENTAR O GOVERNO LULA E AVANÇAR NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL

1. A batalha estratégica contra a reação neoliberal e neofascista

A conjuntura nacional e internacional expressa o aprofundamento da ofensiva que teve como marco, no Brasil, o golpe de 2016 contra a Presidenta Dilma. Aquele momento impôs uma derrota estratégica ao povo e abriu caminho para a violenta reforma neoliberal do Estado brasileiro. A agenda das elites avançou com a destruição de direitos nas reformas trabalhista e previdenciária. Entre outros setores e campos afetados, podemos elencar: a entrega do patrimônio público, com a privatização de partes estratégicas da Petrobras e da Eletrobras; o aprofundamento da mercantilização da água com o Marco Legal do Saneamento, que abriu a porta a leilões predatórios como os da CEDAE e da SABESP, em benefício do grande capital financeiro; a consolidação da sangria das contas públicas com o teto de gastos; a autonomia rentista do Banco Central; e a excrescência do Orçamento Impositivo, que entrega a deputados e senadores a execução obrigatória de fatias crescentes do orçamento. Some-se a isso o prejuízo incalculável à pauta de Direitos Humanos no país, que sofreu retrocessos históricos em seus diversos campos de atuação.

O terceiro mandato do Presidente Lula interrompeu essa marcha, reconstruiu políticas sociais e devolveu o país ao mundo. Mas enfrentou o cerco de um Congresso hostil e não teve força para desmontar essa herança por completo. O teto de gastos foi substituído por um arcabouço fiscal que ainda carrega, em parte e por pressões da grande política, a sua lógica. A autonomia do Banco Central e o Marco do Saneamento seguem de pé. Dizer isso não é diminuir o governo. É medir a tarefa do próximo.

No plano global, a financeirização converteu a especulação no eixo central da acumulação de riqueza. A uberização despedaçou a estabilidade dos empregos e a organização

coletiva nos locais de trabalho. Plataformas digitais monopolistas capturam dados, tempo e atenção, e enfraquecem a soberania dos Estados nacionais. O neoliberalismo em crise associou-se ao neofascismo para conter a revolta popular pela violência e pela coerção ideológica. As agressões do imperialismo contra nações soberanas mostram que a disputa predatória por recursos naturais continua sendo o método do grande capital. A derrota dos republicanos de Trump nas eleições legislativas dos Estados Unidos é um revés duro para os falcões imperialistas e para a rede de aliados montada para impor governos extremistas e autoritários mundo afora. Trump segue na Casa Branca, e o abrigo que deu ao candidato derrotado no Brasil mostra que essa rede não se desfez. No entanto, ela está mais fraca, e isso abre espaço para a contraofensiva dos povos soberanos.

A reeleição do Presidente Lula, em outubro de 2026, é uma vitória histórica e um respiro vital para toda a classe trabalhadora. Para além do seu significado popular no Brasil, simboliza também um alento aos demais povos livres, diante do achaque da máquina neofascista, que vinha impondo seu poder em diversos países, até então sem contrapartida efetiva. O que observamos no Brasil, sob a liderança do Presidente Lula, foi uma virada inédita: nunca um candidato que ficara em segundo lugar no primeiro turno havia vencido a disputa presidencial. Lula venceu quando decidiu polarizar e chamar o povo para a campanha. Derrotado nas urnas, o candidato da extrema-direita fugiu do país, contrariando ordem da Justiça, para não responder por seus crimes e ataques às instituições democráticas. Os que se diziam patriotas e arautos da ordem abandonaram a pátria na primeira oportunidade.

A vitória foi apertada, e é preciso dizê-lo. Quase metade do eleitorado votou no campo adversário. A bancada da extrema-direita e dos setores mais reacionários será expressiva no Congresso a partir de 2027 e tentará chantagear o Executivo e retomar a retirada de conquistas sociais e trabalhistas. Por isso, é imperativo combater qualquer ilusão triunfalista ou acomodação nas fileiras do nosso partido. O voto de 2026 não encerra a polarização que divide o país. O mercado financeiro e os grandes monopólios já pressionam a composição ministerial e as decisões do Planalto. Pretendem subordinar o quarto mandato à cartilha da austeridade fiscal. Sustentar o governo Lula, hoje, é dar a ele a força popular de que precisa para não ceder a essa pressão.

2. Lições da virada: o movimento de massas e a disputa nas redes

O primeiro turno quase custou a eleição. A campanha apostou que o saldo administrativo das políticas públicas bastaria para vencer. Não bastou. A tática de alianças foi definida em cúpula e, em muitos estados, deixou em segundo plano o trabalho de base e as candidaturas enraizadas nas lutas sociais. Essas foram decisões políticas, tomadas em instâncias

do partido, e é nelas que o balanço deve ser feito, com nomes, datas e resoluções sobre a mesa. Esse cenário revela um notório deslocamento na leitura da realidade então adotada. Foi preciso a maior resposta popular das últimas décadas, em termos de mobilização social, para manter o rumo da história. Ainda assim, ficaram marcas importantes para o próximo período.

A virada no segundo turno não nasceu da rotina das máquinas partidárias. Nasceu do engajamento voluntário do povo, que tomou as cidades como há muito não víamos. A juventude trabalhadora e estudantil foi para a linha de frente e contagiou a militância. Os mais velhos foram às urnas para defender a dignidade e a aposentadoria. As mulheres saíram aos milhões para lutar por aquilo em que acreditam. Populações historicamente atingidas pela opressão social, como a população LGBTQIA+, as pessoas com deficiência e a população negra, fizeram ouvir sua voz com força e dedicação. A abstenção caiu.

A comunicação também mudou de patamar. A campanha ganhou as redes com iniciativas populares combativas, com destaque para o Exército do Lula, canal criado pelo deputado Janones, da Rede Sustentabilidade, que reuniu milhões de pessoas em poucos dias. Essa militância digital desmentiu a fábrica de notícias falsas da reação e pautou o debate em tempo real. Artistas, trabalhadores da cultura e lideranças sociais do Brasil e do mundo somaram forças numa onda contra o fascismo e em favor de Lula. É preciso reconhecer com franqueza: a ferramenta que decidiu essa batalha não foi construída pelo PT, nem por sua direção, nem por nós, da esquerda partidária. Chegamos depois. A lição vale para todos.

Cabe agora ao nosso partido definir que papel ocupará na disputa pelos espaços virtuais. Não resta dúvida de que as condições históricas para o surgimento de uma estrutura de disputa política no ambiente digital estão em marcha. Seu objetivo é se opor ao terreno livre em que o neofascismo operava até então, e seu sentido ainda está em disputa. Quem seremos nós, enquanto partido, nesse espaço é uma questão inescapável, que será respondida com ou sem a nossa anuência.

A frente democrática que se formou em torno de Lula foi condição da vitória. Mas o que moveu o voto que faltava foi a politização do embate em torno dos interesses materiais de quem vive do trabalho. De um lado, a ameaça concreta de corte nos programas sociais e de precarização sem limites. Do outro, a defesa do padrão de vida das maiorias, com o fim da escala 6x1 e a manutenção desses programas. A democracia venceu quando ganhou conteúdo de classe.

3. Plataforma classista e reformas estruturais para o próximo período

Para governar com o povo e fazer as reformas de que o Brasil precisa, o Partido dos Trabalhadores deve assumir um programa socialista de enfrentamento de classe. É urgente acabar com o Orçamento Impositivo e com as emendas parlamentares corporativas, para devolver ao Executivo a condução do orçamento, sob controle social direto. Devemos instituir o Orçamento Participativo Federal como ferramenta de poder popular, territorial e digital, e garantir consulta prévia e informada às comunidades atingidas por grandes empreendimentos.

A soberania monetária exige a revogação da "autonomia" do Banco Central e o fim da submissão da taxa de juros à agiotagem rentista. Defendemos que as metas financeiras se subordinem ao pleno emprego, à produção nacional e ao bem-estar social. Exigimos uma reforma tributária que taxe os lucros do capital, as grandes fortunas e o patrimônio dos super-ricos, e que isente o salário da maioria trabalhadora. É preciso barrar o endividamento forçado das famílias, enfrentando os abusos das instituições financeiras e a proliferação predatória das plataformas de apostas.

A classe trabalhadora deve ser protegida com a redução da jornada sem corte de salário e com o fim imediato da escala 6x1, rumo ao regime 5x2. Precisamos reverter as perdas da contrarreforma trabalhista e garantir proteção social e previdenciária plena a quem trabalha por aplicativo. É indispensável combater a perseguição política e o assédio patronal que buscam silenciar trabalhadores e trabalhadoras em seus empregos.

A defesa do meio ambiente deve ser ecossocialista: enfrentar o agronegócio predatório e a mineração devastadora para preservar a Casa Comum. Essa luta requer a retomada da reforma agrária popular, o fomento à agricultura familiar para baratear a comida saudável e a garantia da soberania hídrica. Cabe à reforma urbana assegurar a função social da propriedade, o direito à moradia digna, o saneamento público com tarifa social e gratuidade para quem não pode pagar, e o transporte coletivo acessível. A soberania digital pressupõe o fim da impunidade dos conglomerados internacionais de tecnologia e regras democráticas para a sua atuação no país.

A opressão das mulheres, o racismo e a violência contra a população LGBTQIA+ e os povos indígenas são engrenagens da superexploração capitalista. Nossa classe trabalhadora é majoritariamente feminina, negra e periférica. Não há emancipação da classe sem derrubar as bases materiais da discriminação e da violência.

Sabemos com que Congresso vamos lidar. A coligação que elegeu Lula tem 124 deputados; uma emenda à Constituição precisa de 308 votos, e uma lei complementar, de 257.

Por isso, o programa tem três tempos. O que depende do Executivo começa no primeiro dia: o Orçamento Participativo Federal, a retomada da reforma agrária, a regulação das apostas e a orientação dos bancos públicos. O que depende de lei ordinária será disputado voto a voto, com o povo na rua, como foi com a escala 6x1. O que depende de emenda à Constituição ou de lei complementar, como o Orçamento Impositivo e a autonomia do Banco Central, exige mudar a correlação de forças: campanha nacional, plebiscito e eleições de 2028. Não prometemos atalho. Propomos direção e método.

4. O acolhimento fraterno e democrático de quem chegou

A campanha de 2026 trouxe para a luta política milhões de jovens, trabalhadores e ativistas que se levantaram em defesa da democracia e contra o fascismo. Essa gente não pode ser tratada como plateia temporária nem como base eleitoral a serviço de gabinetes. Tampouco deve ser lida como massa organizada, que agiu sob orientação nossa ou de outras forças: isso, mais uma vez, mascararia nossa real capacidade de ler e pautar a sociedade.

Muitos chegaram pelo antifascismo, não pelo programa do PT. Chegaram por um canal de WhatsApp, por um artista, por uma amiga. O partido tem o dever político e ético de apresentar um projeto de participação social e popular que os receba como são, com suas trajetórias, vivências e modos de ser e se expressar. Precisa oferecer condições materiais e políticas para que militem, conheçam a história e o programa do partido e decidam, por conta própria, o seu lugar nele. A novidade social que mudou o rumo das eleições deve fazer parte de quem somos, e temos muito a aprender com o recado que ela trouxe das ruas.

Propomos três garantias. Primeira: todo novo filiado tem voz desde o primeiro dia em todas as instâncias, e voto nos núcleos e nas plenárias de base. Segunda: a segunda etapa do 8º Congresso revê os prazos de carência para o voto nas eleições internas. Terceira: os diretórios realizam plenárias territoriais abertas, com direito a voz para ativistas não filiados. Democratizar o partido é assegurar que a energia das ruas e das redes encontre canais reais para influenciar os seus rumos.

É no próprio Congresso que essas garantias ganham sentido pleno. Os temas que ficaram para a sua segunda etapa, estratégia e estatuto, são justamente os que definem o que somos e como nos organizamos. Nada mais coerente, portanto, do que abrir esse debate a toda a militância. Que o Congresso seja o ponto de chegada de um amplo processo de mobilização, filiação e discussão, nas redes e nos diretórios, com a mesma amplitude que alcançamos na campanha: jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, a população LGBTQIA+, gente que transformou o resultado do primeiro turno numa vitória de repercussão nacional e mundial. Que dele saiam novos delegados e delegadas, eleitos por essa

militância e capazes de fazer do Congresso a grande acolhida de um povo que quer decidir os destinos do país.

5. Rumo à segunda etapa do 8º Congresso e as tarefas imediatas

A primeira tarefa é convocar a militância para tomar as ruas de Brasília na posse do Presidente Lula e fazer do ato a maior festa popular da nossa história recente. Propomos uma mesa de coordenação permanente entre o governo, a bancada, o partido e os movimentos sindicais e populares, para repactuar o projeto de transformação social.

O partido deve preparar desde já formulações sólidas para a segunda etapa do 8º Congresso Nacional, no primeiro semestre de 2027, e se colocar na ofensiva política e ideológica, com teses à altura da energia popular que decidiu a eleição. O PT não pode recuar diante das pressões da burguesia. Para responder aos interesses históricos e materiais da classe trabalhadora, devemos caminhar mais à esquerda. Foi da polarização nítida, da coragem programática e da defesa da democracia e dos direitos do povo que veio a nossa vitória.

É preciso superar a lógica puramente institucional e estruturar uma formação política continuada, que apresente às novas gerações a tradição marxista e classista do PT e a ponha em debate com o que elas trazem. Precisamos de uma rede popular de comunicação permanente, que aprenda com o Exército do Lula e trave a disputa diária contra a extrema-direita. E reivindicamos que a Direção Nacional institua uma comissão ampla e transparente para rever e democratizar as regras de distribuição do Fundo Eleitoral, com critérios públicos de regionalidade, representatividade social e enraizamento nas lutas dos trabalhadores, e com publicação integral dos valores distribuídos.

Por fim, uma tarefa que não pode esperar: fazer do PT um farol da participação social e popular. Nenhum partido no mundo tem hoje a capacidade que o PT possui de levar esses processos a um novo patamar. Foi essa força que elegeu o Presidente Lula, e é nela que está a verdadeira esperança para o próximo período e para o futuro da democracia. Precisamos ouvir o clamor das ruas e, mais uma vez, reinventar as formas de participação que existem hoje. É nosso dever, como fizemos na primeira eleição do Presidente Lula, trazer os movimentos sociais e todas as demais frentes populares do campo, das águas e das florestas para que tomem assento junto ao poder e façam deste governo algo seu.

13 de novembro de 2026.